



Cidadania Ensinada e Cidadania Viva: Protagonismo Juvenil e Participação Democrática na Escola Pública Amazonense

Taught Citizenship and Lived Citizenship: Youth Leadership and Democratic Participation in Amazonian Public Schools

Leonardo Sampaio do Nascimento

Resumo: A participação estudantil constitui um dos elementos centrais da formação cidadã e da consolidação da gestão democrática prevista na legislação educacional brasileira. Entretanto, a existência de conteúdos relacionados à cidadania nos currículos escolares não garante, por si só, a vivência de experiências democráticas capazes de promover o protagonismo juvenil. Este estudo analisa como estudantes do ensino médio de duas escolas públicas estaduais da cidade de Manaus percebem as oportunidades de participação democrática oferecidas em seu cotidiano escolar. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de estudo de caso múltiplo. A produção dos dados ocorreu mediante aplicação de questionários mistos a trinta e nove estudantes e observação participante sistemática registrada em diário de campo. O referencial teórico enfatiza as relações entre democracia, participação e educação. Os resultados revelam a existência de um descompasso entre o ensino da cidadania e as experiências efetivas de participação escolar. Embora os estudantes demonstrem interesse por temas relacionados à cidadania e reconheçam a importância da participação democrática, mais da metade dos participantes declarou nunca ter participado de processos decisórios escolares. Paralelamente, identificou-se uma agenda de reivindicações centrada na ampliação do diálogo, da escuta institucional e do protagonismo estudantil. Conclui-se que a principal limitação observada não reside na ausência de interesse dos jovens pela participação, mas na insuficiência de mecanismos permanentes capazes de transformar esse interesse em experiência democrática efetiva.

Palavras-chave: participação estudantil; protagonismo juvenil; gestão democrática; cidadania; ensino médio.

Abstract: Student participation is a central element in civic education and the consolidation of democratic management as foreseen in Brazilian educational legislation. However, the existence of citizenship-related content in school curricula does not, in itself, guarantee the experience of democratic practices capable of promoting youth empowerment. This article analyzes how high school students from two state public schools in the city of Manaus perceive the opportunities for democratic participation offered in their daily school life. The research adopted a qualitative, exploratory-descriptive approach, developed through a multiple case study. Data production occurred through the application of mixed questionnaires to thirty-nine students and systematic participant observation recorded in a field diary. The theoretical framework emphasizes the relationships between democracy, participation, and education. The results reveal a mismatch between citizenship education and effective experiences of school participation. Although students demonstrate interest in topics related to citizenship and recognize the importance of democratic participation, more than half of the participants stated that they had never participated in school decision-making processes. In parallel, an agenda of demands centered on expanding dialogue, institutional listening, and student

leadership was identified. It is concluded that the main limitation observed does not lie in the lack of interest among young people in participation, but in the insufficiency of permanent mechanisms capable of transforming this interest into an effective democratic experience.

Keywords: student participation; youth protagonism; democratic governance; citizenship; high school education.

INTRODUÇÃO

A democracia constitui um dos princípios estruturantes da educação brasileira contemporânea. Mais do que um regime político, ela representa uma forma de organização social baseada na participação, no diálogo e na construção coletiva das decisões que afetam a vida dos indivíduos (Cavalcanti, 2023). No campo educacional, essa concepção encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em diversos documentos normativos que atribuem à escola a responsabilidade de formar sujeitos capazes de exercer plenamente a cidadania (Albuquerque, 2026; Da Silva *et al.*, 2025).

Apesar dessa orientação normativa, a concretização da participação democrática no cotidiano escolar permanece cercada por ambiguidades (De Sousa, 2025). Em muitas instituições de ensino, a cidadania é tematizada por meio de conteúdos curriculares, projetos pedagógicos e atividades extracurriculares (Santos *et al.*, 2025). Entretanto, nem sempre os estudantes encontram oportunidades concretas para participar das decisões relacionadas à vida escolar, expressar suas opiniões ou influenciar os processos institucionais que afetam diretamente sua experiência educativa (Dos Anjos *et al.*, 2021).

Essa situação produz uma questão fundamental para o debate educacional contemporâneo: é possível formar cidadãos democráticos em ambientes que oferecem reduzidas oportunidades de participação democrática? (Kründges, 2026). A resposta a essa pergunta exige deslocar o foco da análise dos discursos institucionais para as experiências efetivamente vividas pelos estudantes (Pedro, 2021; Silva, 2024).

No contexto amazônico, essa discussão adquire relevância particular (Queirós; Da Silva, 2021; Quintino; Quintino; Mourão, 2021). A escola pública frequentemente representa um dos principais espaços de socialização política dos jovens, especialmente em territórios marcados por desigualdades sociais persistentes (Oliveira, 2024; Barros e Conselvan, 2026). Nesse cenário, compreender como os estudantes percebem a participação democrática torna-se fundamental para avaliar os limites e potencialidades da formação cidadã desenvolvida pelas instituições escolares (Gomes; Kaiber, 2024; Cruz; Mota; Do Nascimento, 2023).

O presente estudo investiga a percepção de estudantes do ensino médio de duas escolas estaduais da cidade de Manaus acerca das oportunidades de participação democrática oferecidas em seu cotidiano escolar (Victor, 2019; Silva, 2021). O estudo integra pesquisa mais ampla sobre educação e cidadania, concentrando-se especificamente na dimensão participativa da formação cidadã (Melo, 2025; Albuquerque, 2023).

A investigação foi realizada na Escola Estadual Senador João Bosco Pantoja Evangelista e na Escola Estadual Nossa Senhora de Aparecida, instituições pertencentes à rede estadual de ensino do Amazonas. A partir da perspectiva dos estudantes, busca-se compreender em que medida a escola tem conseguido promover experiências efetivas de participação e protagonismo juvenil.

Argumenta-se que a principal contradição observada nas escolas investigadas não reside na ausência de conteúdos relacionados à cidadania, mas na distância existente entre a cidadania ensinada e a cidadania efetivamente vivida (Pereira, 2020; De Albuquerque; Junior, 2023). Em outras palavras, os estudantes aprendem sobre democracia, participação e direitos, mas encontram oportunidades limitadas para exercê-los no cotidiano escolar.

A pesquisa adota abordagem qualitativa e estudo de caso múltiplo como estratégia metodológica. Os dados foram produzidos por meio de questionários mistos aplicados a estudantes do ensino médio e complementados por observação participante sistemática. A análise foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo categorial.

Além desta introdução, o estudo encontra-se organizado em cinco seções. A primeira discute as relações entre democracia, cidadania e participação escolar. A segunda aborda os conceitos de juventude, protagonismo juvenil e formação cidadã. A terceira apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. A quarta analisa os resultados obtidos. Por fim, a quinta seção desenvolve as considerações finais e discute as contribuições do estudo para o campo da educação democrática.

DEMOCRACIA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

A relação entre democracia e educação ocupa posição central no pensamento pedagógico moderno e contemporâneo (Cavalcanti, 2023). Desde o surgimento das democracias constitucionais, a escola passou a ser compreendida não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como instituição responsável pela formação de sujeitos capazes de participar da vida pública e contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas (Albuquerque, 2026; Da Silva *et al.*, 2025).

Essa compreensão adquire especial relevância em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais, nas quais o acesso aos direitos políticos e sociais frequentemente não se traduz em participação efetiva nos processos de tomada de decisão (Oliveira, 2024; Barros; Conselvan, 2026). Nesse contexto, a educação assume papel estratégico na construção de uma cultura democrática baseada no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na participação cidadã (De Sousa, 2025; Quintino; Quintino; Mourão, 2021).

Entre os autores que mais influenciaram esse debate, destaca-se a compreensão de que a democracia não pode ser reduzida a uma forma de governo ou a um conjunto de instituições políticas, tratando-se, sobretudo, de uma forma de vida associada à experiência compartilhada, à cooperação e à comunicação

entre os indivíduos (Pedro, 2021; Silva, 2024). Nessa perspectiva, a escola não deve apenas preparar os estudantes para uma futura participação democrática; ela própria deve constituir-se como espaço democrático (Dos Anjos *et al.*, 2021).

A contribuição desse debate permanece atual porque desloca a discussão da cidadania do plano exclusivamente normativo para o campo da experiência concreta (Pereira, 2020). A democracia é aprendida mediante sua prática. Consequentemente, ambientes escolares organizados a partir de relações excessivamente hierarquizadas tendem a limitar o desenvolvimento das competências democráticas que afirmam promover (Krindges, 2026; De Albuquerque Junior, 2023).

Essa reflexão encontra aprofundamento na ideia de que a legitimidade das normas sociais depende da possibilidade de participação dos sujeitos em processos comunicativos orientados pelo entendimento mútuo (Melo, 2025). A construção democrática exige que os indivíduos possam expressar argumentos, questionar decisões e participar das deliberações que afetam suas vidas (Neto; Tavares, 2021; Rocha *et al.*, 2022).

Quando transportada para o contexto escolar, essa perspectiva implica reconhecer os estudantes como sujeitos capazes de participar da construção das regras que organizam a vida institucional (Victor, 2019; Silva, 2021). A participação deixa de ser compreendida como concessão da autoridade escolar e passa a constituir dimensão fundamental do processo educativo (Barbosa *et al.*, 2021; Gino *et al.*, 2025).

No contexto brasileiro, autores contemporâneos contribuem significativamente para esse debate ao defender que a educação para a democracia exige mais do que o conhecimento dos direitos e deveres (Queirós; Da Silva, 2021; Queiroz, 2021). Ela pressupõe o desenvolvimento de práticas participativas capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade política e estimular o compromisso com a vida pública (Tamura, 2025; Gomes; Kaiber, 2024).

A escola democrática, portanto, não é apenas aquela que ensina conteúdos relacionados à cidadania, mas aquela que cria oportunidades para o exercício cotidiano da participação, da argumentação e da responsabilidade coletiva (Dos Anjos *et al.*, 2021; Da Silva, 2022). Nessa perspectiva, a participação estudantil deixa de ser atividade complementar e passa a constituir elemento estruturante da formação cidadã (Albuquerque, 2026; Cavalcanti, 2023).

A legislação educacional brasileira reforça essa compreensão ao reconhecer a gestão democrática como princípio orientador da educação pública (De Sousa, 2025; De Albuquerque Junior, 2023). Entretanto, a existência de dispositivos legais não garante automaticamente sua concretização no cotidiano escolar (Pedro, 2021). A efetivação da democracia depende da criação de mecanismos institucionais que permitam a participação dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar (Cruz; Mota; Do Nascimento, 2023; Santos *et al.*, 2025).

Dessa forma, discutir participação estudantil significa discutir a própria qualidade democrática da experiência educativa (Melo, 2025; Krindges, 2026). Quanto maiores as oportunidades de diálogo, deliberação e protagonismo

oferecidas pela escola, maiores tendem a ser as possibilidades de formação de sujeitos capazes de atuar criticamente na sociedade (Barbosa *et al.*, 2021; Gino *et al.*, 2025; Tamura, 2025).

Juventudes, Protagonismo e Participação Estudantil

As transformações sociais ocorridas nas últimas décadas alteraram significativamente as formas pelas quais os jovens constroem identidades, estabelecem vínculos sociais e participam da vida pública (Barros; Conselvan, 2026). Nesse cenário, a juventude deixou de ser compreendida apenas como etapa biológica do desenvolvimento humano para ser reconhecida como categoria social e cultural complexa, marcada por múltiplas experiências e trajetórias (Oliveira, 2024; Silva, 2024).

Essa perspectiva exige que a escola abandone visões homogeneizadoras dos estudantes e reconheça a diversidade de contextos, interesses e expectativas que caracterizam as juventudes contemporâneas (Dos Anjos *et al.*, 2021; Gomes; Kaiber, 2024). A formação cidadã passa, portanto, pela valorização das experiências juvenis e pela criação de espaços que permitam sua participação efetiva nos processos educativos (Albuquerque, 2026; Cavalcanti, 2023).

Autores contemporâneos oferecem contribuições fundamentais para essa discussão ao defender uma educação baseada no diálogo, na problematização da realidade e na valorização dos sujeitos como protagonistas de seu próprio processo formativo (Pedro, 2021; Pereira, 2020). Em oposição a modelos educativos centrados na transmissão unilateral de conteúdos, propõe-se uma pedagogia capaz de promover autonomia, criticidade e participação (Neto; Tavares, 2021).

A participação estudantil, nessa perspectiva, não constitui simples estratégia metodológica. Ela representa condição necessária para que a educação contribua para a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e responsabilidades (Melo, 2025; Krindges, 2026). Quando os estudantes participam ativamente da construção do ambiente escolar, ampliam sua capacidade de compreender a realidade e atuar sobre ela (Barbosa *et al.*, 2021; Gino *et al.*, 2025).

As reflexões sobre a democratização da educação complementam essa análise ao destacar a importância da escola na socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade (Quintino; Quintino; Mourão, 2021). Para os autores, a democratização da educação depende tanto do acesso ao conhecimento quanto da capacidade de os sujeitos utilizarem esse conhecimento para interpretar criticamente a realidade social (Cruz; Mota; Do Nascimento, 2023; De Sousa, 2025).

No campo das políticas educacionais, documentos orientadores reforçam a importância do protagonismo juvenil ao estabelecer competências relacionadas à participação, à argumentação, ao diálogo e ao exercício da cidadania (Victor, 2019; Silva, 2021). Da mesma forma, as diretrizes contemporâneas defendem a formação de sujeitos capazes de atuar na promoção, defesa e proteção dos direitos humanos (De Albuquerque; Junior, 2023).

Entretanto, a simples presença dessas orientações nos documentos normativos não assegura sua concretização (Dos Anjos *et al.*, 2021). O protagonismo juvenil depende da existência de oportunidades reais de participação. Ele não pode ser reduzido a discurso pedagógico ou estratégia retórica (Da Silva *et al.*, 2025). Exige experiências concretas por meio das quais os estudantes possam expressar opiniões, influenciar decisões e assumir responsabilidades coletivas (Rocha *et al.*, 2022; Tamura, 2025).

Nesse sentido, a participação estudantil constitui importante indicador da qualidade democrática das instituições escolares (Melo, 2025; Cavalcanti, 2023). Escolas que valorizam o protagonismo tendem a ampliar o sentimento de pertencimento dos estudantes e fortalecer sua disposição para a participação social e política em outros espaços da vida pública (Santos *et al.*, 2025; Barbosa *et al.*, 2021).

A construção da cidadania democrática passa, portanto, pelo reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos e pela criação de condições institucionais que favoreçam sua participação efetiva na vida escolar (Queiroz, 2021; Oliveira, 2024; Krindges, 2026).

CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente investigação adotou abordagem qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, utilizando o estudo de caso múltiplo como estratégia metodológica. A escolha desse delineamento decorre da necessidade de compreender um fenômeno social complexo, a participação democrática e o protagonismo juvenil, em seu contexto concreto de ocorrência.

O campo empírico da pesquisa foi constituído por duas escolas da rede estadual de ensino da cidade de Manaus: a Escola Estadual Senador João Bosco Pantoja Evangelista e a Escola Estadual Nossa Senhora de Aparecida. Ambas atendem estudantes do ensino médio em regime de tempo integral e desempenham papel relevante na formação educacional de jovens oriundos de diferentes contextos sociais da capital amazonense.

A produção dos dados ocorreu por meio da aplicação de questionários mistos a trinta e nove estudantes regularmente matriculados no ensino médio. O instrumento contemplou questões fechadas e abertas relacionadas ao conhecimento da cidadania, às oportunidades de participação escolar, às experiências de protagonismo estudantil e à percepção sobre a atuação da escola na formação cidadã.

Como técnica complementar, realizou-se observação participante sistemática ao longo de onze visitas às instituições investigadas. Os registros produzidos foram organizados em diário de campo, permitindo a análise de aspectos do cotidiano escolar que não poderiam ser plenamente captados pelos questionários.

Os procedimentos éticos observaram as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando anonimato, confidencialidade e participação voluntária dos sujeitos envolvidos.

A interpretação dos dados foi realizada mediante análise de conteúdo categorial, conforme proposta de Bardin (2016). O processo analítico compreendeu a leitura flutuante do material coletado, a identificação de unidades de significado e o agrupamento dessas unidades em categorias temáticas relacionadas ao objeto investigado.

A partir desse procedimento, foram construídas categorias analíticas que permitiram compreender as percepções dos estudantes acerca da participação democrática, do protagonismo juvenil e das possibilidades de exercício da cidadania no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos permitem compreender como os estudantes percebem as oportunidades de participação democrática existentes em suas escolas e como essas experiências influenciam sua formação cidadã. A análise dos questionários e das observações realizadas evidencia um cenário marcado por avanços importantes, mas também por limitações estruturais que restringem a consolidação do protagonismo juvenil.

Os dados revelam que os estudantes reconhecem a importância da participação democrática para sua formação. Contudo, a experiência concreta da democracia escolar ainda ocorre de forma limitada, produzindo um descompasso entre aquilo que é ensinado sobre cidadania e aquilo que efetivamente é vivenciado no cotidiano institucional.

A Participação que não Acontece

O resultado mais expressivo da pesquisa refere-se à participação dos estudantes nos processos decisórios escolares. Quando questionados sobre sua participação em decisões relacionadas à vida escolar, vinte e dois dos trinta e nove estudantes participantes (56,4%) afirmaram nunca ter participado de qualquer processo dessa natureza. Apenas dezessete estudantes (43,6%) relataram alguma experiência de participação.

O dado revela uma contradição relevante para a formação cidadã. Embora a escola seja reconhecida como espaço de preparação para o exercício da cidadania, a maioria dos estudantes não experimenta oportunidades concretas de participação nos assuntos que afetam diretamente sua vida escolar.

A análise das respostas abertas demonstra que as experiências participativas mencionadas pelos estudantes geralmente estão associadas a eventos específicos, consultas ocasionais ou atividades pontuais promovidas por determinados professores. Poucos participantes relataram a existência de mecanismos permanentes de deliberação estudantil.

Essa realidade sugere que a participação ainda ocupa posição periférica na dinâmica institucional das escolas investigadas. A democracia aparece como valor educativo reconhecido, mas sua operacionalização cotidiana permanece restrita.

Os resultados corroboram reflexões presentes na literatura sobre gestão democrática da educação. A existência de normas e diretrizes favoráveis à participação não garante, por si só, sua efetivação prática. Entre o reconhecimento formal da participação e sua concretização cotidiana existe um conjunto de desafios institucionais que precisam ser enfrentados.

Os Limites da Democracia Escolar

As observações realizadas durante a pesquisa permitem compreender com maior profundidade os fatores que contribuem para a limitação da participação estudantil (Victor, 2019; Silva, 2021). As escolas investigadas desenvolvem atividades voltadas à cidadania e demonstram preocupação com a formação integral dos estudantes (Dos Anjos *et al.*, 2021). Entretanto, essas iniciativas nem sempre se traduzem em espaços permanentes de escuta, diálogo e deliberação coletiva (Melo, 2025; Krindges, 2026).

Os registros do diário de campo indicam que as decisões relacionadas à organização escolar permanecem predominantemente concentradas em estruturas administrativas e pedagógicas tradicionais (Da Silva, 2022; Neto; Tavares, 2021). Embora os estudantes sejam frequentemente consultados em situações específicas, raramente participam de processos deliberativos contínuos (Barbosa *et al.*, 2021; Rocha *et al.*, 2022).

Essa constatação aproxima-se das análises desenvolvidas na literatura educacional contemporânea (Cavalcanti, 2023). Segundo essa perspectiva, a legitimidade das decisões depende da participação dos sujeitos afetados por elas (De Sousa, 2025). Quando os estudantes possuem reduzida influência sobre aspectos que impactam diretamente sua experiência escolar, a aprendizagem democrática tende a permanecer incompleta (Pedro, 2021; Albuquerque, 2026).

A situação observada não decorre necessariamente da resistência dos gestores ou professores à participação estudantil (Queiroz, 2021). Em muitos casos, ela resulta de condicionantes estruturais relacionados à cultura institucional, às exigências burocráticas do sistema educacional e à própria tradição escolar brasileira, historicamente marcada por relações hierárquicas (Oliveira, 2024; De Albuquerque e Junior, 2023).

Ainda assim, os efeitos pedagógicos dessa limitação são significativos (Gino *et al.*, 2025). Quando a participação ocorre apenas de maneira episódica, os estudantes têm menos oportunidades para desenvolver competências relacionadas à negociação, à argumentação, à construção coletiva de consensos e ao exercício da responsabilidade pública (Tamura, 2025; Santos *et al.*, 2025; Barbosa *et al.*, 2021).

O Protagonismo Juvenil como Demanda dos Estudantes

Um dos achados mais relevantes da pesquisa emerge das sugestões apresentadas pelos próprios estudantes para aprimorar a formação cidadã nas escolas (Dos Anjos *et al.*, 2021; Melo, 2025). As respostas indicam que os participantes não reivindicam prioritariamente mais conteúdos sobre cidadania, democracia ou direitos fundamentais (Pedro, 2021). Suas demandas concentram-se em oportunidades concretas de participação (Krindges, 2026; Silva, 2024).

Entre as sugestões mais frequentes destacam-se a ampliação de debates, a criação de espaços permanentes de diálogo, o fortalecimento dos mecanismos de representação estudantil, a realização de projetos comunitários e o aumento da participação dos estudantes em decisões institucionais (Neto; Tavares, 2021; Rocha *et al.*, 2022; Barbosa *et al.*, 2021).

Esse resultado possui grande relevância analítica porque demonstra que os jovens não ocupam posição passiva diante da formação cidadã (Gino *et al.*, 2025). Ao contrário, apresentam compreensão consistente acerca dos elementos necessários para a construção de uma escola mais democrática (Cavalcanti, 2023; de Albuquerque Júnior, 2023).

As demandas formuladas pelos estudantes convergem significativamente com os pressupostos da educação democrática defendidos por autores contemporâneos (Pereira, 2020; Da Silva *et al.*, 2025). Todos esses autores enfatizam a necessidade de transformar os sujeitos educandos em participantes ativos do processo educativo (Tamura, 2025; Santos *et al.*, 2025).

A pesquisa sugere, portanto, que existe potencial participativo significativo entre os estudantes investigados (Queiroz, 2021; Oliveira, 2024). O principal desafio não está na motivação dos jovens, mas na criação de condições institucionais que permitam transformar essa disposição em protagonismo efetivo (De Sousa, 2025; Gomes; Kaiber, 2024; Barbosa *et al.*, 2021).

Entre a Cidadania Ensinada e a Cidadania Viva

A articulação entre os diferentes resultados permite identificar a principal contribuição deste estudo: a existência de uma distância entre a cidadania ensinada e a cidadania vivida (Dos Anjos *et al.*, 2021; Melo, 2025).

Os estudantes demonstram conhecer conceitos relacionados à cidadania, aos direitos fundamentais e à democracia (Pedro, 2021). Reconhecem a importância da participação social e valorizam o papel da escola em sua formação (Barbosa *et al.*, 2021). Entretanto, suas experiências concretas de participação permanecem limitadas (Krindges, 2026; Silva, 2024).

Essa contradição evidencia que a formação cidadã não pode ser reduzida à transmissão de conteúdos (Cavalcanti, 2023). A cidadania é construída por meio de experiências que possibilitam aos indivíduos participar, deliberar, argumentar e influenciar decisões coletivas (De Sousa, 2025).

As reflexões sobre a democracia como forma de vida baseada na participação e na experiência compartilhada ajudam a compreender esse fenômeno (Pereira, 2020). Nessa perspectiva, a aprendizagem democrática ocorre menos pela exposição a conceitos abstratos e mais pela vivência de práticas democráticas (Da Silva *et al.*, 2025; Neto; Tavares, 2021).

Os resultados da pesquisa indicam que as escolas investigadas conseguem ensinar cidadania, mas ainda enfrentam dificuldades para transformá-la em experiência cotidiana (Queiroz, 2021; de Oliveira; Cacau; Melo, 2021). Trata-se de um desafio que não diz respeito exclusivamente às instituições analisadas, mas que reflete tensões presentes em grande parte dos sistemas educacionais contemporâneos (Gomes; Kaiber, 2024; De Albuquerque; Junior, 2023).

Ao mesmo tempo, a investigação revela sinais promissores (Rocha *et al.*, 2022). O interesse demonstrado pelos estudantes, sua capacidade crítica e suas propostas para ampliar a participação indicam que existem condições favoráveis para o fortalecimento de uma cultura democrática mais consistente no ambiente escolar (Tamura, 2025; Santos *et al.*, 2025; Gino *et al.*, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como estudantes do ensino médio de duas escolas públicas estaduais da cidade de Manaus percebem as oportunidades de participação democrática existentes em seu cotidiano escolar.

Os resultados obtidos permitem concluir que a formação cidadã desenvolvida pelas instituições investigadas apresenta avanços importantes, mas também limitações significativas. Os estudantes reconhecem a relevância da participação democrática, demonstram interesse por questões relacionadas à cidadania e identificam a escola como espaço importante para sua formação social e política.

Entretanto, as evidências empíricas revelam que a maioria dos participantes não vivencia experiências sistemáticas de participação nos processos decisórios escolares. Esse dado constitui o principal resultado da investigação e evidencia a existência de uma distância entre os princípios democráticos presentes nos discursos institucionais e as práticas efetivamente experimentadas pelos estudantes.

A pesquisa confirma a hipótese de que o principal desafio da formação cidadã contemporânea não está na ausência de conteúdos relacionados à democracia, mas na dificuldade de transformar esses conteúdos em experiências concretas de participação.

Ao mesmo tempo, os estudantes demonstraram significativa capacidade de reflexão crítica ao apresentar propostas voltadas ao fortalecimento da participação escolar. Suas demandas por diálogo, escuta e protagonismo revelam a existência de potencial democrático que ainda não encontrou formas institucionais adequadas para seu pleno desenvolvimento.

Do ponto de vista das políticas educacionais, os resultados reforçam a necessidade de ampliar mecanismos permanentes de participação estudantil, fortalecer práticas de gestão democrática e consolidar espaços de deliberação coletiva no interior das escolas públicas.

A principal contribuição científica deste estudo consiste em evidenciar, a partir da perspectiva dos próprios estudantes, os limites e potencialidades da participação democrática em escolas públicas da Amazônia urbana. Ao deslocar o foco da análise para as experiências concretas dos jovens, a pesquisa amplia a compreensão sobre os desafios da educação democrática e do protagonismo juvenil no contexto brasileiro contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Sabrina Pinheiro Barbosa. **Dialogar para vencer barreiras: o papel da comunicação na conjuntura crítica do novo ensino médio para indígenas na Escola Estadual Povo Indígena Hexkaryana**. 2026. 172 f. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2026. Disponível em https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/11721/2/DISS_SabrinaAlbuquerque_PPGIC.pdf. Acesso em 3 mai. 2026.
- BARBOSA, Maria Luiza dos Santos *et al.* Ações de mobilização social, liderança e participação social desenvolvidas na educação básica: revisão integrativa. **Educação Básica Revista**, v. 7, n. 2, p. 05-24, 2021. Disponível em: <http://www.educacaobasicarevista.com.br/index.php/ebr/article/view/67>. Acesso em 9 mai. 2026.
- BARROS, Caio Lúcio Fenelon Assis; CONSELVAN, Victor de Almeida. Juventude, participação e diagnóstico social na Amazônia: evidências a partir de um concurso de redação escolar. Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 37, p. e75568-e75568, 2026. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/75568>. Acesso em 2 mai. 2026.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CAVALCANTI, Ana Claudia Dantas. **Cidadania, participação e diálogo: o protagonismo juvenil como fundamento da formação crítica e da autonomia na educação**. Educação UFSM, v. 48, 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-64442023000100210&script=sci_arttext. Acesso em 15 abr. 2026.
- CRUZ, Maria Simone Ribeiro; MOTA, Marinete Lourenço; DO NASCIMENTO, Maeliane dos Anjos. **Novo Ensino Médio: sentidos e significados para estudantes do Alto Solimões, Amazonas, no contexto da pandemia da COVID-19**. Nova Revista Amazônica, v. 11, n. 1, p. 160-175, 2023. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/13004>. Acesso em 1 abr. 2026.

DA SILVA, Francisco Kolverton Rodrigues. **Protagonismo juvenil na gestão democrática da escola: reflexões e possibilidades.** Ensino em Perspectivas, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8725>. Acesso em 22 abr. 20226.

DA SILVA, Zenaide Araújo *et al.* **A gestão escolar democrática: um caminho para a construção de uma escola mais justa e participativa.** Lumen et Virtus, v. 16, n. 46, p. 1793-1806, 2025. Disponível em <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/3675>. Acesso em 2 mai. 2026.

DE ALBUQUERQUE, Sulamita Bernardo; JUNIOR, Jayme Benvenuto Lima. A escola pública à luz da gestão democrática: a construção da formação protagonista. **Diversitas Journal**, v. 8, n. 2, 2023. Disponível em https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/download/2542/2083. Acesso em 25 mai. 2026.

DE OLIVEIRA, Márcio; CACAU, Claudiney Lofiego; MELO, Fernanda Machado. **Políticas públicas educacionais: o projeto político-pedagógico e a violência sexual contra a criança e o/a adolescente em uma escola militarizada de Manaus/AM.** Debates em Educação, v. 13, n. 32, p. 144-169, 2021. Disponível em 8 abr. 2026.

DE SOUSA, Inês Alexandra Correia. **Gestão democrática da escola pública: democracia, voz e autonomia dos/as alunos/as no ensino secundário.** 2025. Tese em Ciências da Educação. Universidade do Porto (FPCEUP). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/172051>. Acesso em 29 abr. 2026.

DOS ANJOS, Dayane Priscilla *et al.* **Protagonismo juvenil e participação escolar: sob o olhar dos estudantes.** Entramados: educación y sociedad, v. 8, n. 9, p. 231-240, 2021. Disponível em <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/entramados/article/view/5038>. 11 mai. 2026.

GINO, Sinvaldo de Souza *et al.* Do silêncio ao protagonismo: a vez dos invisibilizados. **Interference: A Journal of Audio Culture**, v. 11, n. 2, p. 4540-4558, 2025. Disponível em <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/345>. Acesso em 10 mai. 2026.

GOMES, Hellen Grace Melo; KAIBER, Carmen Teresa. Os desafios da implementação do Novo Ensino Médio no Estado do Amazonas. Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, p. 1-15, 2024. Disponível em 7 de mai. 2026.

KRINDGES, Adriana Maria. **Protagonismo juvenil no Novo Ensino Médio: as experiências dos jovens em uma escola do Oeste Catarinense.** 2026. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2026. Disponível em <https://tede.unioeste.br/handle/tede/8376>. Acesso em 6 abr. 2026.

MELO, Breno Stetany Queiroz. **Protagonismo juvenil do grêmio estudantil na construção de políticas públicas educacionais: um estudo de caso**

sobre a participação democrática na Escola Municipal Cláudio Martins. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/83635/1/2025disbsqmelo.pdf>. Acesso em 30 abr. 2026

NETO, Francisco Barbosa; TAVARES, Ana Cláudia Ribeiro. **Liderança e participação: o foco no protagonismo juvenil em uma escola técnica estadual.** Educere et Educare, p. 319-339, 2021. Disponível em <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f5dd20fabcf5711ed976d71393b4c16ff/lideranca-e-participacao-o-foco-no-protagonismo.pdf>. Acesso em 9 mai. 2026.

OLIVEIRA, Marcos Irondes Coelho de. **A escola pública do bem viver para jovens tocantinenses, maranhenses e paraenses, da/na Amazônia Tocantina.** 2024. 105 f. Tese (Doutorado em Educação na Amazônia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, Palmas, 2024. Disponível em <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7635>. Acesso em 9 mai. 2026

PEDRO, Janaina Artioli João. **Relações entre a participação estudantil na gestão democrática e a aprendizagem escolar: um olhar a partir da Teoria Histórico-Cultural.** 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2021. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/items/1be318cc-cc08-4fc8-8f08-43221dec33b2>. Acesso em 12 abr. 2026.

PEREIRA, Rosymere. **Protagonismo juvenil na Escola Cidadã Integral: da concepção às vivências.** 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2020. Disponível em <https://dspace.sti.ufcg.edu.br>. pdf. Acesso em 19 mai. 2026.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; DA SILVA, Patrícia Rodrigues. **Entre vozes femininas: história oral e memória no Amazonas contemporâneo.** Coleção PPGH, v. 4. Curitiba: Editora CRV, 2021.

QUEIROZ, Nágila Maria Barroso de. **Família e escola: ações institucionais sobre o acompanhamento escolar no ensino médio em uma escola estadual do Amazonas.** 2021. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8478/13/Disserta%3a7%3a3oNagilaQueirozPPGE.pdf>. Acesso em 14 mai. 2026.

QUINTINO, Fernanda Pinto de Aragão; QUINTINO, Rosimario de Aragão; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **Educação pública nas escolas da Região Amazônica: experiências, desafios e estratégias.** Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021.

ROCHA, Roosvany Beltrame *et al.* Escola de Tempo Integral e o protagonismo juvenil: um relato de experiência. **Revista Profissão Docente**, v. 22, n. 47, p. 01-15, 2022. Disponível em <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1483>. Acesso em 1 mai. 2026.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana *et al.* **As contribuições das atividades extracurriculares nas escolas públicas de ensino médio em tempo integral**. Aracê, v. 7, n. 7, p. 38328-38345, 2025. Disponível em <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6593>. Acesso em 15 mai. 2026.

SILVA, Hérika Cardoso da. **Democracia e cidadania: abordagem crítica sobre a atuação das escolas do legislativo no município de Manaus-AM**. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, PPGICH) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEA_05ffcdbafc96638f38eea6f2cbbdc9aa. Acesso em 6 mai. 2026.

SILVA, Moacir dos Santos. **Conhecimentos e saberes discentes: o protagonismo juvenil em movimento**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2024.

TAMURA, Ana Lúcia Herмосilla. **Implantação de equipes de ajuda: a convivência, o protagonismo juvenil e o papel da escola no desenvolvimento das habilidades socioemocionais**. 2025. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/089abafe-00d0-4aee-9c8c-17145fbaf5a8>. Acesso em 1 abr. 2026.

VICTOR, Martha Lima Reis. **Participação estudantil na gestão da educação profissional técnica de nível médio: estudo no IFAM – Campus Manaus Zona Leste**. 2019. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7265>. Acesso em 9 mai. 2026.